

Limitações do termo ‘desastres naturais’ para a reportagem jornalística¹

Paula Colpo Appolinario, Josemari Poerschke de Quevedo e Márcia Franz Amaral

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

RESUMO

O trabalho visa entender como a definição do termo desastres e sinônimos vão evoluindo ao longo dos dias na cobertura da Folha de S. Paulo do desastre do litoral norte de SP, ocorrido em 2023. Também problematizamos o uso da expressão “desastre natural”. A metodologia se concretiza em uma análise quantitativa e qualitativa, visando entender a frequências e como são utilizados os termos nos textos da semana ápice do desastre. Como resultados, destacamos que a denominação “tragédia” foi a mais utilizada, o que prioriza uma ordem imaginária do acontecimento que se limita a uma conotação sensacionalista para o texto e carece de explicação mais apurada sobre o fenômeno.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo de desastres; desastres naturais; desastres mistos; Folha de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Com o aumento de ocorrências relacionadas às mudanças climáticas, as fragilidades estruturais e sociais presentes nas cidades são cada vez mais visíveis. Os dois fatores resultam em desastres, eventos trágicos que afetam populações em maioria compostas por famílias de baixa renda chefiadas por mulheres e de pessoas pretas e pardas (Instituto Pólis, 2022). Além de mortes, feridos e da perda financeiras e de entes queridos, a devastação que um desastre também causa inclui desalojados e desabrigados, pessoas que precisaram ser realocadas em abrigos públicos ou casas de acolhimento provisório de família e amigos (Valencio; Valencio, 2011; Sedec, 2020).

Estas infinidades de situações e a frequência com que elas vêm ocorrendo tornam os desastres um tema de importante atenção dentro das redações jornalísticas. O jornalista tem como dever divulgar informações de interesse público e lutar pelo estado democrático

¹: Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Perspectivas contemporâneas de pesquisa a partir do Jornalismo Ambiental, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

de direito (Fenaj, 2007). Além disso, a sociedade vê poder no jornalismo, e ele, de fato, tem o poder de convocar os órgãos públicos para se atentarem a problemas sociais. Entendida a relevância social do compartilhamento de informações, os jornalistas precisam compreender o seu papel e o poder que cada palavra ou expressão manifesta no imaginário do público. As denominações ainda são um campo minado de questões problemáticas no jornalismo. Isso porque um dos preceitos da profissão é atingir todos os públicos, desde os especialistas até os mais leigos – estes, que às vezes não têm acesso a um vocabulário diversificado e técnico. Por isso, para disseminar a informação e tornar o texto mais lúdico, o jornalista utiliza de estratégias como o uso de terminologias mais simples ou mais conhecidas, mas que, às vezes, não são eficazes, podem trazer desinformação e se apresentam bastante limitadas.

Dito isso, o trabalho tem como objetivo entender como a definição do termo desastres e sinônimos vão evoluindo conforme os dias vão passando, por meio do caso específico da Folha de S. Paulo, em sua primeira semana de cobertura do desastre no litoral norte de São Paulo. Além disso, busca-se discutir a ineficácia deste termo, que para muitos autores traz uma concepção fatalista das chuvas, e entender formas de atualizá-lo. O caso em questão é emblemático para o contexto brasileiro por ter atingido uma região pobre de uma cidade procurada por pessoas da alta sociedade para passarem as férias, o que reflete a desigualdade. Entre as cidades mais afetadas, estão Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela, Bertioga e São Sebastião – nessa última, ocorreram 64 das 65 mortes. Uma semana após o desastre, no dia 26 de fevereiro, foi confirmado por balanço da Defesa Civil o encontro da última vítima ainda desaparecida e o Corpo de Bombeiros encerrava as buscas na região mais afetada. Além das perdas vitais, a economia e estrutura ambiental também foram afetadas, já que os deslizamentos ocasionaram estradas bloqueadas, casas destruídas e pessoas ilhadas impossibilitadas de saírem de se locomoverem.

METODOLOGIA

O trabalho discute a utilização do termo ‘desastre natural’ pela cobertura do jornal Folha de São Paulo sobre o desastre ocorrido no litoral norte de SP em fevereiro de 2023. Além disso, buscamos compreender como o jornalismo tem limites que proporcionam, muitas vezes, um único imaginário de fatalidade, ao utilizar termos que reduzem a compreensão dos fenômenos climáticos. Também aborda a necessidade de

atualizar a expressão pela denominação ‘desastre misto’, defendida por autores por englobar todas as problemáticas da cobertura de eventos extremos. Após a discussão, foram quantificadas as denominações dos desastres utilizadas na cobertura jornalística do ocorrido realizada pelo jornal Folha de São Paulo, uma das principais fontes de informação de jornalismo digital nacional, com cerca de 366.089 exemplares diários pagos das edições impressa e digital em 2020 (Folha de S. Paulo, 2021).

Para isso, foram coletadas 14 reportagens da Folha de S. Paulo que traziam denominações de ‘desastres’. Após essa etapa, foram selecionadas duas notícias de cada dia publicadas na primeira semana do ocorrido, entre 19 de fevereiro e 25 de fevereiro de 2023, dia em que foi encontrado o último corpo de vítima e as buscas foram encerradas. As reportagens foram escolhidas considerando a uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso de de Appolinario (2023), e filtradas de um total de 171 produções realizadas no período apontado. Para a seleção, foram aplicados filtros que priorizavam as reportagens que exploravam um novo fato do ocorrido e ao mesmo tempo traziam uma contextualização geral desde o início do desastre. O desastre do litoral norte de São Paulo foi escolhido por ser um dos eventos extremos mais recentes e ainda pouco explorados nas pesquisas.

DOS DESASTRES NATURAIS AOS DESASTRES MISTOS

A mudança das condições climáticas e a constância de eventos extremos, de fato, é uma das razões para a ocorrência e aumento de desastres no mundo. Com isso, as chuvas deixam marcas como enchentes e deslizamentos de terra; o que torna verídico os desastres terem sua parte “natural”. Entretanto, a palavra exclui um outro lado presente nos acontecimentos, de que os desastres também podem ter fatores sociais. Ademais, a palavra apaga um movimento na busca dos direitos humanos chamado justiça ambiental – que entende como injusta a exposição de comunidades vulnerabilizadas em detrimento das mais ricas perante as degradações ambientais. Este processo de falsa idealização da vida digna inicia na segunda metade do século XX, quando a urbanização se expandiu e foram definidos novos padrões de consumo a partir das oportunidades de uns no mercado de trabalho e desfavorecimento de outros, potencializando uma relação de desigualdade (Carmo, 2014). Décadas depois, nota-se pouca mudança nesse quadro, o que também denuncia a necessidade de mudanças governamentais e de políticas públicas que

concedam a estas pessoas o mínimo considerado de direito, consolidado na Constituição Federal de 1988: moradia, vida digna e recursos básicos.

Utilizar um termo ultrapassados ou imprecisos no jornalismo implica em um erro que pode desencadear diversas consequências para a sociedade e para o próprio profissional. Segundo a Secretaria Nacional da Defesa Civil (2020, p.57), a palavra desastre é o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. Quando acrescentado da palavra “natural”, o mesmo órgão restringe tais eventos como os eventos somente provocados por fenômenos da natureza, que atuam independente e sem ação ou omissão da ação humana (Sedec, 2020). Em respostas, há autores que defendem que essa associação reproduz equívocos. Além disso, é necessário citar que a mera utilização do termo “desastre” não instiga o leitor a entender a questão social dos desastres, ainda mais quando o termo está atrelado a reportagens que reforçassem a anormalidade das chuvas e seus índices recordes. Monteiro e Zanella (2019) acreditam que o termo reforça a concepção fatalista de que o homem nada pode fazer para combater as devastações sociais dos desastres. “Ora, tal interpretação conduz a sociedade ao conformismo, contribuindo para a adoção de uma postura inerte e impotente frente às ameaças naturais” (Monteiro; Zanella, 2019, p.45).

Embora haja entendimentos técnicos da necessidade de evolução do tema, os próprios órgãos públicos reforçam o estereótipo do termo. Por sua vez, a denominação “desastres mistos” é uma das atualizações idealizadas; o conceito é explicado pela Sedec (2020, p.58) como acontecimentos que “ocorrem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais” (Sedec, 2020, p.58). Outro termo, utilizado por autores como Foresti (2015) e Ardiles *et. al* (2019), é “desastres socionaturais”, que assim como o primeiro citado, busca atrair o conhecimento do público pela nova questão englobada, mas que há tempos já faz parte do problema. Ademais, é necessário destacar a palavra “tragédia”, que em acontecimentos como este também é amplamente repercutida. Para Bill (2010), a denominação é derivada das artes, do gênero trágico do teatro, que supervaloriza o drama, a compaixão e a comoção. Amaral, Lozano Ascencio e Puertas Cristobal (2020) entendem que expressões como esta, bem como “acidente” e “catástrofe”, são classificadas como uma ordem imaginária

do acontecimento sensacional. Ou seja, a palavra não enriquece o texto como a autodenominação “desastre misto” ou “desastre socionatural”, apenas reforça um estereótipo de acontecimento sensacional.

RESULTADOS

A partir da análise do material coletado, os dados quantitativos informaram sobre 34 denominações citadas em todas as reportagens: “tragédia”, 19 vezes citada, com presença predominante de 55,88%. A segunda é “desastre”, com sete aparições, e sua especificação “desastre natural”, uma. A última denominação usada, “destruição”, teve sete menções. O curioso é que embora apareça bastante, na academia é pouco estudada e nunca aparece como uma provável denominação utilizada pelos jornais.

Como primeira observação, constatamos que não há um padrão ou consenso da redação quanto ao modo de tratar o desastre, que seja estipulado antes do início da cobertura. Quanto ao termo “desastre natural”, é apresentado em uma citação no último dia, na reportagem número 13, em “o presidente da associação comercial estima que o saque do FGTS, autorizado em casos de desastres naturais” (Folha de S. Paulo, 2023, p.6). Em uma pesquisa rápida, é possível ver que o termo utilizado replica um conceito do site do Governo Federal: “O Saque Calamidade do FGTS é uma modalidade em que o trabalhador tem direito a sacar o saldo da conta do FGTS por necessidade pessoal, urgente e grave decorrente de desastre natural”². Nota-se um erro ingênuo do jornalista ao replicar o conceito e responsabilidade do órgão federal de utilizar o termo de forma errada. Porém, consideramos uma falha no momento em que a matéria não sinaliza que a denominação é oriunda de outro lugar; ainda e pior, que não contraria e explica o porquê da utilização do termo “desastre natural”, um termo desatualizado considerando o arcabouço teórico apresentado.

Quando verificamos os dados quantitativos, verificamos que a pouca citação de termos ao longo da semana. Principalmente porque no jornalismo há necessidade constante de atribuir denominação a algo: “O desastre aconteceu”, “o desastre causou”, são alguns exemplos de frases que sempre vão exigir a chamada do termo desastre ou sinônimo. Ao ir em busca da justificativa do porquê as citações de termos são poucas,

² Disponível em: <<https://www.fgts.gov.br/Pages/sou-trabalhador/saque-calamidade.aspx>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

concluímos que na maioria das vezes, o desastre não é classificado como um evento próprio, mas como sinônimo de sua principal causa citada – a chuva.

Essa relação cria ainda mais um imaginário de que somente as causas naturais são propulsoras de desastres, além de resumir um processo do acontecimento, que é bem mais complexo. A partir das classificações, é possível visualizar que a Folha de S. Paulo priorizou a utilização de termos de ordem imaginária do acontecimento social, segundo os indicadores sensíveis classificados por Amaral, Lozano Ascencio e Puertas Cristobal (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto jornalístico influencia a forma como a população vai receber a informação. Com palavras, imagens e expressões, ele cria imaginários e inconscientemente interfere na opinião pessoal das pessoas. Também, pode definir os rumos do assunto, na medida que dá destaque, denuncia ou se isenta de determinados debates públicos. Um de seus papéis, inclusive, é o de denúncia social e, por isso, é tão importante que esteja alinhado aos conceitos mais atualizados na hora de nomear o que cobre, especialmente em um assunto como eventos climáticos extremos, um tema que entrou na ordem do dia pela frequência e gravidade com que ocorrem. A falta de denominação correta ou a escassa menção de uma problemática pode fazer com que o jornalismo noticie de maneira incompleta e pouco eficaz. Quando se trata de desastres mistos, as coberturas tendem a criar relações de causalidade com o alto índice de chuvas, mas por vezes, acabam excluindo outros debates importantes, como a inoperância do poder público, a injustiça climática e as vulnerabilidades sociais.

Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo entender como a definição do termo desastres vai evoluindo conforme os dias vão passando, com caso específico da cobertura do desastre do litoral norte na Folha de S. Paulo em 2023. Foram 14 matérias selecionadas que resultaram na utilização da palavra “tragédia” em 55,88% das vezes, sendo a que mais se destaca. Por isso, segundo os indicadores sensíveis de Amaral, Lozano Ascencio e Puertas Cristobal (2020), pode-se classificar a utilização de termos de ordem imaginária do acontecimento sensacional. Também se destaca a pouca frequência de denominações, já que as causas são utilizadas várias vezes em substituição ao conceito de “desastre”. De fato, as chuvas são uma causa crucial da ocorrência de desastres. Sua

frequência e índices precisam ser destacados, mas, no caso da Folha, o jornal destituiu poder para a denúncia do descaso público ao limitar um grande espaço da cobertura apenas para a acusação das chuvas.

Também é importante destacar a importância da pesquisa para o ambiente acadêmico e do jornalismo: cada vez mais desastres serão pautas da mídia, por isso, a academia deve analisar e entender como o mercado de trabalho pode contribuir para as percepções e descobertas, através dos textos, áudios e vídeos. Uma abordagem multinacional pode ser uma alternativa de estudo. Essa pesquisa pode lançar luz sobre como a cultura, as políticas e os interesses locais moldam a abordagem jornalística.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz; ASCENCIO, Carlos Lozano; CRISTOBAL, Esther Puertas. Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: em busca das invisibilidades e saliências. Equador: Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicação, 2020.

APPOLINARIO, Paula Colpo. O “MONSTRO” CHUVA NA FOLHA DE S. PAULO: O JORNALISMO NA COBERTURA DO DESASTRE NO LITORAL NORTE DE SP. UFSM: Santa Maria, 2023.

ARDILES, Robert Alvarado; PRADENAS, Constanza; YAÑES, Nataly; MARTÍNEZ, David Cuadra; DÍAZ, José Sandoval. Teorías subjetivas del comportamiento prosocial: significados, desarrollo y motivaciones de jóvenes voluntarios ante un desastre socionatural. Scielo: Lima, 2019.

BILL, Bruna Greicy. Catarse midiática: a tragédia no jornalismo pós-moderno. Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2010.

CARMO, Roberto Luiz do. Urbanização e Desastres: Desafios para a Segurança Humana no Brasil. In: CARMO, Roberto do (org); VALENCIO, Norma (org). Segurança Humana no Contexto dos Desastres. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

CASTRO, Antonio Luiz (org). Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres. Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), 5ª ed, 2020. Disponível em: <antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/glossario.pdf>. Acesso em 14 mar. 2024.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Federação Nacional dos Jornalistas. Vitória, 2007.

FOLHA é o jornal mais nacional do país e o de maior audiência e circulação. Folha de

S. Paulo, São Paulo, 27 mar. 2021. Disponível em:
<folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>. Acesso em: 14 mar 2024.

FORESTI, Andréa Jaeger. Riscos de desastres socionaturais com base na engenharia da resiliência. UFRGS: Porto Alegre, 2015.

MONTEIRO, Jander Barbosa; ZANELLA, Maria Elisa. Desnaturalizando o desastre: as diferentes concepções teóricas que envolvem o conceito de desastre natural. Sobral: Revista Casa da Geografia da Sobral, 2019.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. OS DESASTRES COMO INDÍCIOS DA VULNERABILIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL: O CASO BRASILEIRO. Coimbra: Territorium, 2011.

ZYLBERKAN, Mariana. Desastre no litoral de SP suspende retomada do turismo e traz incerteza em meio ao luto. Folha de S. Paulo v, São Paulo, 25 fev. 2023. Disponível em:
<www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/02/desastre-no-litoral-suspende-retomada-do-turismo-e-traz-incerteza-em-meio-ao-luto.shtml>. Acesso em: 24 set. 2023.